

**PERFIS, DISCURSOS E COMPORTAMENTO LEGISLATIVO DE
PARLAMENTARES CONTRÁRIOS AOS DIREITOS LGBTQIAPN+**

**PROFILES, DISCOURSES, AND LEGISLATIVE BEHAVIOR OF
PARLIAMENTARIANS OPPOSED TO LGBTQIAPN+ RIGHTS**

Recebido em: 28/01/2025

Reenviado em: 20/11/2025

Aceito em: 06/12/2025

Publicado em: 26/01/2026

Mikael Vinicius da Anunciação Lima¹ 
Universidade Federal do Piauí

Luciana da Conceição Farias Santana² 
Universidade Federal do Piauí

Resumo: Este estudo analisa os discursos, os perfis político-ideológicos e o comportamento legislativo de parlamentares da Câmara dos Deputados que se posicionam contrariamente aos direitos da população LGBTQIAPN+. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, utilizou análise crítica do discurso, análise documental e sistematização de dados sobre filiação religiosa, partidária e institucional dos deputados. O corpus empírico compreendeu discursos registrados no Plenário, informações sobre a composição das Frentes Parlamentares Conservadora e Evangélica e a análise do Projeto de Lei nº 5.167/2009, que busca impedir o reconhecimento jurídico de uniões entre pessoas do mesmo sexo. Os resultados revelam a existência de um bloco político ideologicamente homogêneo, formado majoritariamente por parlamentares evangélicos e conservadores, cujos discursos mobilizam narrativas de pânico moral, defesa da família tradicional e rejeição à diversidade sexual e de gênero. Observou-se, ainda, que essa orientação discursiva se converte em práticas legislativas restritivas, expressas no apoio a projetos de lei de caráter excludente e em estratégias de obstrução a iniciativas pró-direitos. O estudo contribui para o aprofundamento das análises sobre direitos humanos, sexualidade e política, destacando a necessidade de maior vigilância institucional e social diante das barreiras impostas à cidadania sexodiversa.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Conservadorismo; Câmara dos Deputados.

Abstract: This study analyzes the discourses, political-ideological profiles, and legislative behavior of members of the Brazilian Chamber of Deputies who position themselves against the rights of the LGBTQIAPN+ population. The research, qualitative in approach and descriptive in nature, employed critical discourse analysis, documentary analysis, and the systematization of data concerning the religious, partisan, and institutional affiliations of the deputies. The empirical corpus comprised speeches delivered on the Chamber floor, information regarding the composition of the Conservative and Evangelical Parliamentary Fronts, and the analysis of Bill No. 5.167/2009, which seeks to prevent the legal recognition of same-sex unions. The results reveal the existence of an ideologically homogeneous political bloc, composed predominantly of evangelical and conservative deputies, whose speeches mobilize narratives of moral panic, the defense of the traditional family, and the rejection of sexual and gender diversity. It was also observed that this discursive orientation translates into restrictive legislative practices, expressed in support for exclusionary bills and in obstruction strategies targeting pro-rights initiatives. The study contributes to advancing analyses on human rights, sexuality, and politics, highlighting the need for greater institutional and social vigilance in the face of barriers imposed on sex-diverse citizenship.

Keywords: LGBTQIAPN+; Conservatism; Chamber of Deputies.

¹ Bacharel no curso de Direito pela Faculdade Estácio de Teresina (2023); Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mikaelvinicius2501@gmail.com

² Professora de Ciência Política na Universidade Federal de Alagoas; Docente do corpo permanente no PPGC/UFPI e do PPGCP/UFAL; Graduada em História (UniBH); Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Filiação institucional: Universidade Federal do Piauí. E-mail: lucianasantana@ics.ufal.br

INTRODUÇÃO

O olhar deste estudo direciona-se a uma descrição crítica do perfil político-ideológico, das manifestações e da atuação dos(as) parlamentares da Câmara dos Deputados no que concerne aos direitos LGBTQIAPN+. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados exerce função legislativa essencial ao processo democrático. Compete-lhe propor, discutir, emendar e votar projetos de lei que regulam direitos, garantias e políticas públicas no âmbito federal (Brasil, 1988).

A urgência dessa investigação decorre da ausência de normas específicas voltada à esse grupo vulnerabilizado, bem como diante do cenário alarmante de violência: em 2023, ao menos 230 pessoas LGBTQIAPN+ foram vítimas de mortes violentas no Brasil, sendo uma a cada 34 horas, conforme destaca o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (ANTRA; ABGLT, 2024). O quadro é ainda mais grave entre pessoas trans e travestis: 155 perderam a vida, sendo 145 assassinadas e 10 vítimas de suicídio, mantendo o Brasil, pelo décimo quinto ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans no mundo (ANTRA, 2024).

No que concerne à garantia de direitos da população sexodivergente no Brasil, Simões e Facchini (2009) atestam que a inclusão das pautas de diversidade de gênero na agenda política brasileira foi impulsionada por movimentos sociais que ganharam força nas últimas décadas, especialmente a partir do final do século XX.

Todavia, no limiar do século vigente, ainda não há no Brasil uma legislação dedicada especificamente à criminalização da homotransfobia. De acordo com Pereira (2017), isso ocorre devido ao conservadorismo/fundamentalismo existente no Congresso Nacional, responsável por protelar a discussão acerca de projetos voltados à comunidade – além de representar um significativo obstáculo no momento da votação e aprovação de legislaturas voltadas aos direitos dessa população.

Armstrong (2001), explica que o movimento fundamentalista surgiu no final do século XIX e início do século XX como contra-ataque à corrente de secularização instalada no mundo pela modernidade. À época, tratava-se de uma reação de alguns grupos surgidos no interior das grandes tradições religiosas e que almejaram devolver à religião sua antiga autoridade e credibilidade (Oliveira, 2021).

A partir da década de 1970, os movimentos fundamentalistas passaram a reorganizar suas estratégias e a se estruturar de maneira mais ativa para confrontar a crescente secularização. Deixaram de atuar de forma isolada e assumiram uma postura religiosa militante, buscando ampliar sua presença na sociedade, na esfera política, nos meios de comunicação e

em quaisquer espaços capazes de difundir e legitimar seus valores religiosos (Armstrong, 2001). Essa transformação garantiu a ascensão de lideranças no cenário político:

As conquistas e o crescente vigor dos novos movimentos fundamentalistas demonstraram que a religião, longe de ser uma força falida, era capaz de atrair grande parcela da sociedade pós-moderna. Os movimentos religiosos conservadores, rebelando-se contra o que consideravam a hegemonia ilegítima do racionalismo científico, conseguiram retirar a religião das sombras. Isto causou certo horror aos secularistas, que passaram a se defrontar com uma religiosidade combatente, desinibida e bastante pretenciosa. Para eles, essa ascensão do fundamentalismo significou um verdadeiro desastre do ponto de vista racional (Oliveira, 2021, p. 04).

No que concerne ao conservadorismo, aponta-se a linha de pensamento de Edmund Burke (1986), o qual argumenta que as instituições sociais como a religião e os valores tradicionais acumulados de geração em geração são fundamentais para garantir a coesão e a ordem na sociedade. Os estudos mais recentes sobre conservadorismo e atuação legislativa explanam sobre o impacto das bancadas conservadoras e religiosas na política brasileira, bem como investigam a ascensão de bancadas evangélicas e sua influência nos direitos de minorias, colocando-se em evidência as pautas do governo Bolsonaro e o papel do STF nesse contexto. Além disso, discutem o limite da aplicação dos direitos humanos sob uma moral religiosa e as mudanças das articulações políticas conservadoras no Brasil (Almeida, 2017; Queiroz, 2019; Santos, 2020; Luna, 2023; Magalhães; Ferreira, 2023).

Este estudo, portanto, fundamenta-se nas contribuições de Armstrong (2001), cuja análise histórica do fundamentalismo explica sua emergência como reação à modernidade e sua posterior reorganização estratégica a partir da década de 1970. No âmbito brasileiro, tal fenômeno dialoga com as interpretações de Almeida (2017), Freston (1993) e Prandi (2008), que examinam a articulação entre religião, moralidade e disputa política, especialmente diante da ascensão das bancadas religiosas no Congresso.

Para além do fundamentalismo, o trabalho adota também o conservadorismo clássico de Burke (1986), ampliado pelas leituras contemporâneas (neoconservadorismo) de Queiroz (2019), Santos (2020), Luna (2023) e Magalhães e Ferreira (2023), que investigam os efeitos das moralidades religiosas na formulação legislativa e nas agendas de costumes. Em conjunto, essas perspectivas permitem uma análise crítica da atuação parlamentar frente aos direitos LGBTQIAPN+, articulando discursos, perfis políticos e estratégias legislativas que atravessam o campo religioso e conservador da política brasileira.

A síntese dos trabalhos mais recentes acerca dos direitos LGBTQIAPN+ abordam a relação entre movimentos sociais, partidos políticos e as barreiras à representação, além de

destacar a importância do ciberativismo e das candidaturas de minorias sexuais para a inclusão política. As discussões também envolvem as limitações da cidadania formal e a persistência de obstáculos culturais e institucionais (Avritzer; Marona, 2017; Santos, 2016; Pereira, 2017; Lopes; Veloso; Lacerda, 2019; Júnior; Mendes; Cirino, 2022).

Os estudos se organizam em torno de cinco eixos principais: a violência institucional (Barbosa *et al.*, 2022; Peixoto, 2020), a judicialização dos direitos (Figueiredo, 2021; Buzolin, 2022), a presença da pauta LGBTQIAPN+ nos partidos e arenas legislativas (Feitosa, 2022), os desafios da implementação de políticas públicas (Martins *et al.*, 2022; Natividade *et al.*, 2022) e a mobilização social e institucional dos sujeitos frente aos retrocessos (Irineu, 2023; Lopes *et al.*, 2019).

No que se refere às instituições, observa-se maior concentração de estudos que analisam os direitos LGBTQIAPN+ sob a ótica do Poder Judiciário (Figueiredo, 2021; Buzolin, 2022; Alves; Pereira, 2022), dos serviços públicos de saúde (Rocon *et al.*, 2024; Martins *et al.*, 2022), do sistema prisional (Barbosa *et al.*, 2022) e dos órgãos de segurança e justiça (Peixoto, 2020).

Nesse sentido, a presente pesquisa introduz, em primeiro lugar, três dimensões analíticas simultâneas: discursos parlamentares, perfil político-ideológico e comportamento legislativo, oferecendo uma leitura abrangente e articulada da atuação de parlamentares contrários aos direitos da população sexodiversa.

Em segundo lugar, o estudo inova ao realizar uma sistematização inédita dos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, utilizando análise de discurso e categorização temática para identificar padrões argumentativos, enquadramentos morais e estratégias de produção de inimigos simbólicos.

Partindo-se dessa compreensão, busca-se neste artigo, responder ao seguinte problema de pesquisa: quem são, o que dizem e como atuam os parlamentares da Câmara dos Deputados que se posicionam contrariamente aos direitos da população LGBTQIAPN+?

A pesquisa, portanto, tem como objetivo geral analisar os discursos, os perfis e o comportamento legislativo de parlamentares contrários aos direitos da população sexodivergente na Câmara dos Deputados. Especificamente, busca-se: i) identificar e analisar os discursos relacionados à comunidade LGBTQIAPN+ proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados; ii) levantar e categorizar o perfil político, ideológico e religioso dos Deputados que se posicionam de forma contrária aos direitos desse grupo social; e iii) examinar o comportamento legislativo desses parlamentares, considerando sua atuação em frentes parlamentares, votações e iniciativas legislativas de caráter restritivo.

Levantou-se a hipótese de que os parlamentares da Câmara dos Deputados contrários aos direitos da população LGBTQIAPN+, orientados por matrizes ideológicas conservadoras e fundamentalistas, estruturam discursos, perfis e práticas legislativas que constituem obstáculos significativos ao avanço e à garantia desses direitos no âmbito legislativo.

Os resultados da pesquisa evidenciam que os Deputados que se posicionam em desfavor à comunidade sexodiversa compartilham, quase que de forma unânime, um perfil conservador marcado por forte identificação religiosa, sobretudo evangélica, por vínculos com partidos de direita e frentes parlamentares de orientação moralista. Os discursos proferidos no plenário revelam a recorrência de argumentos fundamentados em concepções religiosas, defesa da “família tradicional” e rejeição à diversidade sexual e de gênero.

No comportamento legislativo, observou-se a atuação coordenada desses parlamentares em frentes conservadoras, a proposição ou apoio a projetos de lei restritivos, como o PL 5.167/2009, e a adoção de estratégias de obstrução a iniciativas voltadas à ampliação de direitos. Em conjunto, esses elementos demonstram uma articulação ideológica e institucional orientada à contenção de avanços em matéria de cidadania LGBTQIAPN+.

O estudo se demonstra relevante na medida em que contribui para o aprofundamento do conhecimento acadêmico sobre a defesa dos direitos humanos, especialmente no contexto de grupos minoritários. Já a relevância social reside na possibilidade de expor discursos políticos que afetam minorias sexuais e de gênero, evidenciando os desafios enfrentados para garantia a igualdade de direitos e combater a violência.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza descritiva, adotando a abordagem qualitativa, por meio da qual é possível realizar uma análise aprofundada dos significados, sentidos e práticas institucionais, especialmente adequada ao exame de fenômenos políticos. Como observa Minayo (1994), a perspectiva qualitativa busca apreender a lógica interna das ações sociais, considerando os contextos históricos e institucionais que lhes conferem sentido.

Em relação aos procedimentos metodológicos, adotou-se a análise documental, análise qualitativa de conteúdo e de discurso. corpus empírico foi constituído a partir de três conjuntos de dados complementares. O primeiro corresponde aos discursos proferidos no Plenário da Câmara dos Deputados, coletados nas notas taquigráficas oficiais e filtrados mediante os termos “LGBT”, “gay”, “lésbica” e “trans”.

Esses descritores foram adotados como critérios de inclusão por permitirem identificar intervenções diretamente relacionadas às pautas de diversidade sexual e de gênero. Foram excluídos discursos em que tais expressões apareciam apenas de modo tangencial, sem vínculo direto com debates sobre direitos LGBTQIAPN+, bem como registros duplicados ou não atribuíveis a parlamentares.

O segundo conjunto de dados refere-se às informações sobre o perfil dos(as) deputados(as), incluindo religião, filiação partidária, profissão e participação em frentes parlamentares, sistematizadas e analisadas por meio de painel interativo elaborado no Power BI. Já o terceiro conjunto do corpus analítico consiste na minuta do Projeto de Lei nº 5.167/2009, selecionado com base no critério de maior relevância substantiva, por se tratar de proposição diretamente voltada à restrição de direitos LGBTQIAPN+ e inserida no recorte temporal deste estudo. Foram excluídos outros projetos de lei que não apresentavam impacto significativo sobre direitos dessa população ou que ultrapassavam os limites temporais definidos.

Para o tratamento do material, adotou-se a técnica de análise de conteúdo qualitativa, conforme proposta por Deslandes e Iriart (2012), Leite (2017) e Sampaio *et al.* (2022a; 2022b). As unidades de análise compreenderam trechos discursivos e excertos parlamentares que expressavam posicionamentos explícitos sobre diversidade sexual e de gênero. A partir de leitura exploratória, foi elaborado um livro de códigos contendo categorias a priori, como defesa da família tradicional, recusa da linguagem neutra, “ideologia de gênero”, banheiros e esporte, e críticas ao STF, e categorias emergentes identificadas durante a análise. Essas categorias obedeceram aos critérios de exclusividade, exaustividade e homogeneidade (Sampaio; Lycarião, 2021).

A codificação do material seguiu orientação qualitativa e buscou identificar relações entre estruturas semânticas e estruturas sociopolíticas, conforme fundamentam Krippendorff (2004) e Bardin (2016). As visualizações analíticas geradas pelo Power BI auxiliaram na triangulação entre perfil político-ideológico, padrões discursivos e comportamento legislativo, permitindo compreender como discursos moralizantes, fundamentos religiosos e alinhamentos partidários se articulam para moldar práticas restritivas no âmbito da Câmara dos Deputados.

Para a descrição quantitativa dos dados brutos, utilizou-se o Power BI, uma coleção de serviços de software, aplicativos e conectores que trabalham juntos para transformar suas fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e interativas

(Microsoft, 2024). Todos os gráficos produzidos neste trabalho foram criados pelo referido software, a partir da tabulação dos dados brutos coletados pelos autores.

Utilizou-se, ainda, o R Console, um ambiente computacional e linguagem de programação que vem progressivamente se especializando em manipulação, análise e visualização gráfica de dados, sendo considerado a atualidade um dos melhores ambientes computacionais para essa finalidade, e por essa razão foi adotado no presente trabalho (Silva, 2021). A mencionada linguagem de programação foi utilizada para gerar uma árvore de palavras contendo os termos mais recorrentes nas falas dos parlamentares, a partir da transcrição dos discursos coletados no site Oficial da Câmara dos Deputados.

RESULTADOS

A primeira parte deste trabalho concentrou-se em investigar os discursos contrários à comunidade LGBTQIAPN+ no âmbito das discussões no Plenário da Câmara dos Deputados nos últimos 04 anos, compreendendo a 56ª e 57ª legislatura, assim como o perfil político-ideológico dos Deputados envolvidos. Os dados foram extraídos das transcrições das falas dos parlamentares, disponíveis no site da Câmara. O Gráfico “Relação dos discursos sobre a comunidade LGBTQIAPN+ no Plenário” apresenta a distribuição das manifestações identificadas no período analisado. Observa-se que 39 discursos (60%) foram classificados como contrários à população LGBTQIAPN+, enquanto 22 discursos (33,85%) apresentaram conteúdo favorável e apenas 4 discursos (6,15%) foram considerados neutros:

Gráfico 1 – Relação dos discursos sobre a comunidade LGBTQIAPN+ no Plenário.



Fonte: elaborado pelos autores com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

Observa-se uma polarização entre parlamentares engajados na promoção de pautas relacionadas à sexualidade e ao gênero em seus debates. Essa distribuição evidencia que, no Plenário da Câmara dos Deputados, as manifestações contrárias à diversidade sexual e de

gênero são predominantes, compondo a maior parte das intervenções registradas. A forte discrepância entre falas contrárias e favoráveis indica um ambiente legislativo majoritariamente resistente às pautas LGBTQIAPN+.

O Gráfico “Deputados com discursos contra a comunidade LGBTQIAPN+ por partido” mostra a distribuição dos discursos entre os principais partidos. As maiores frequências aparecem no MDB-RJ e no PL-SP, ambos com 6 registros cada. Em seguida, surgem diferentes diretórios estaduais do PL (MG, SC, CE, MT e RN), variando entre 2 e 3 discursos. O PP-SP também aparece com 2 registros.

A concentração de discursos contrários em partidos como o PL e o MDB indica que determinadas siglas possuem maior presença de parlamentares associados à produção de discursos negativos. Ainda que distribuído entre diferentes estados, o Partido Liberal (PL) destaca-se pela repetição de ocorrências, sugerindo atuação alinhada entre seus membros:

Gráfico 2 – Deputados com discursos contra a comunidade LGBTQIAPN+ por partido.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

Gráfico 3 – Deputados com discursos contra a comunidade LGBTQIAPN+ por partido.

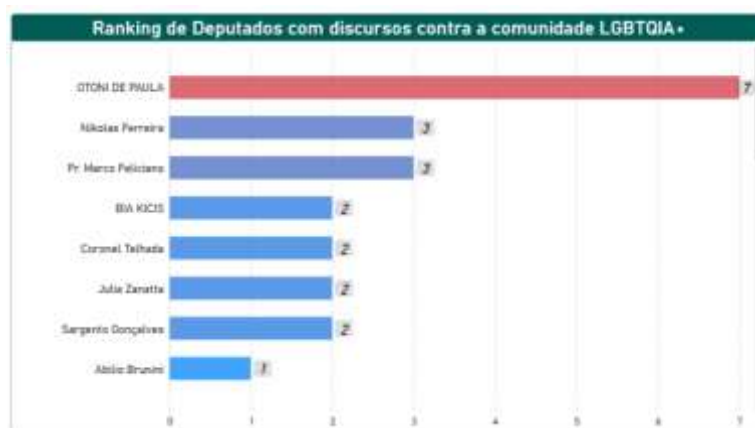


Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

Infere-se, nesse sentido, a existência de uma clara homogeneidade ideológica: os discursos contrários concentram-se majoritariamente em partidos situados à direita e à extrema direita do espectro político — especialmente o PL e o MDB —, cuja atuação recente tem se caracterizado pela defesa de pautas morais e pela mobilização de valores tradicionais.

O Gráfico “Ranking de deputados com discursos contra a comunidade LGBTQIAPN+” evidencia a frequência individual de intervenções. O deputado Otoni de Paula aparece como o principal expoente, com 7 discursos contrários. Em seguida, aparecem Nikolas Ferreira e Pastor Marco Feliciano, ambos com 3 discursos. Outros parlamentares, como Bia Kicis, Coronel Telhada, Julia Zanatta, Sargento Gonçalves e Abílio Brunini, somam 2 registros cada:

Gráfico 4 – Ranking de deputados com discursos contra a comunidade LGBTQIAPN+.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

O ranking demonstra que a retórica de contrariedade à população sexodiversa não se distribui igualmente entre os parlamentares, mas se concentra em um núcleo reduzido e altamente ativo, responsável por grande parte das manifestações negativas.

O Gráfico “Relação do perfil dos deputados (critério da religião)” revela uma característica marcante dos sujeitos analisados: 95,83% dos parlamentares identificam-se como evangélicos, enquanto apenas 4,17% não possuem essa identidade religiosa. Já o Gráfico “Relação do perfil dos deputados (critério da profissão)” mostra que 37,50% dos parlamentares possuem formação ou atuação ligada à área militar, enquanto 62,50% exercem profissões não vinculadas à esfera militar:

Gráficos 5 e 6 – Perfil político dos deputados (critérios da religião e profissão).



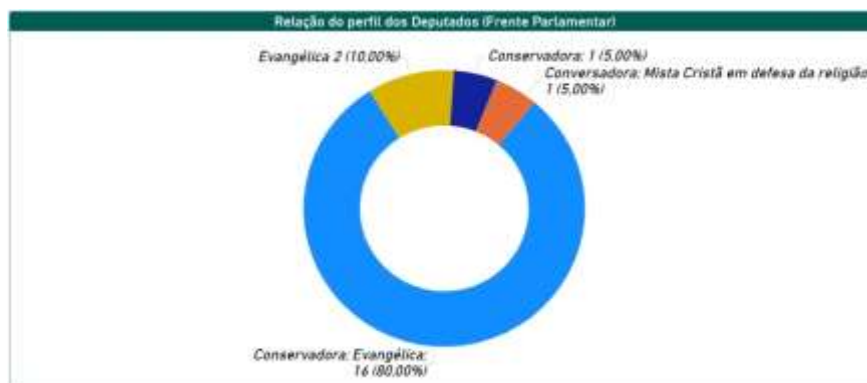
Fonte: Elaborado pelos autores com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

Esses dados refletem um alinhamento conservador predominantemente centrado em questões de ordem moral, com ênfase nos valores cristãos e na defesa da família tradicional. Quando se trata da comunidade LGBTQIAPN+, o foco conservador se baseia principalmente em princípios religiosos que rejeitam a união entre pessoas do mesmo sexo, mesmo em face do princípio constitucional de laicidade do Estado. Além disso, a presença significativa de parlamentares oriundos da segurança pública aponta para um grupo cuja formação profissional valoriza disciplina, hierarquia e ordem, elementos frequentemente mobilizados nos discursos que rejeitam pautas de diversidade sexual e de gênero.

O Gráfico “Relação do perfil dos deputados (Frente Parlamentar)” reforça a forte articulação institucional dos parlamentares analisados. A maior parte (80%), integra simultaneamente a Frente Parlamentar Conservadora e a Frente Parlamentar Evangélica. Outros parlamentares participam apenas da Frente Evangélica (10%), apenas da Frente Conservadora (5%) ou da Frente Mista Cristã em Defesa da Religião (5%).

Os dados evidenciam que os discursos contrários não representam iniciativas isoladas, mas derivam de grupos parlamentares organizados, que atuam de forma articulada em pautas morais e religiosas:

Gráfico 7 – Relação do perfil dos deputados (Frente Parlamentar).



Fonte: Elaboração própria com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

A análise da participação nessas Frentes parlamentares de cada um dos deputados demonstrou uma verdadeira cisão entre a bancada evangélica e a bancada conservadora quando o objetivo é contrariar os direitos da população LGBTQIA+, conforme se observa.

A segunda parte dos resultados apresenta a análise das principais pautas discursivas mobilizadas pelos parlamentares que se posicionam contrariamente aos direitos da população LGBTQIAPN+, identificadas a partir das falas registradas no Plenário da Câmara dos Deputados.

Para essa investigação, adotou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) como referência interpretativa, conforme perspectiva de Fairclough (1995), que compreende o discurso como prática social e enfatiza que escolhas linguísticas revelam relações de poder, ideologias e disputas políticas presentes em determinado contexto. A Imagem 01 “Termos mais recorrentes nos discursos no Plenário”, evidencia, por meio de uma nuvem de palavras elaborada pelo ambiente de programação R Console, a presença de um conjunto de expressões que sintetizam os eixos temáticos mais acionados pelos parlamentares:

Imagem 1 – Termos mais recorrentes nos discursos no Plenário



Fonte: elaboração própria com base no site da Câmara dos Deputados (2024).

As palavras menores representam os termos menos recorrentes, enquanto as maiores indicam aqueles mais frequentemente utilizados nas discussões no Plenário. Palavras como “unissex”, “trans”, “banheiro” e “gênero” ocupam posição central, sugerindo a relevância das discussões em torno de espaços segregados por sexo, uso do critério biológico e políticas de reconhecimento de pessoas trans. Na perspectiva da análise crítica de discurso, a recorrência desses termos indica que tais categorias funcionam como marcadores discursivos capazes de produzir efeitos de sentido relacionados à segurança, risco e moralidade.

As menções a “banheiro unissex”, “banheiros” e “trans” são frequentemente utilizadas pelos parlamentares para construir narrativas de ameaça, sugerindo que a presença de pessoas trans em espaços femininos representaria risco à integridade de mulheres e crianças. Esses enunciados operam, discursivamente, como estratégias de pânico moral, um recurso linguístico que visa restringir direitos mediante a criação de medos coletivos e percepções de desordem social.

Outro conjunto significativo de termos refere-se à pauta linguística, como “linguagem neutra”, “neutra” e “gênero”. Esses elementos aparecem associados a discursos que questionam ou rejeitam políticas de inclusão linguística, interpretando-as como mecanismos de doutrinação ou ameaças à tradição escolar. Trata-se de movimentos discursivos que operam por deslegitimação, isto é, tentativas de invalidar políticas educacionais inclusivas por meio do enquadramento de tais práticas como artificiais, ideológicas ou desnecessárias.

A nuvem de palavras também evidencia a presença de elementos de natureza político-partidária, como “esquerda” e “Bolsonaro”, o que demonstra que a pauta LGBTQIAPN+ é frequentemente inserida em um cenário de polarização política. Nesses casos, identifica-se o uso de categorias ideológicas para produzir fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, reforçando antagonismos que ultrapassam o âmbito das políticas de gênero e se articulam com disputas de poder mais amplas.

Por fim, termos como “cotas”, “segmento” e “comunidade” revelam resistência a políticas afirmativas direcionadas à população LGBTQIAPN+. Os discursos analisados frequentemente associam ações de inclusão a privilégios injustificados, estratégia discursiva que busca minar a legitimidade de políticas públicas voltadas à redução de desigualdades. Em síntese, os resultados indicam que os parlamentares contrários aos direitos LGBTQIAPN+ mobilizam um repertório discursivo relativamente homogêneo, estruturado por narrativas de risco, moralidade, proteção e antagonismo político.

A terceira parte dos resultados dedica-se a realizar a triangulação entre os dados

referentes ao perfil dos parlamentares, às pautas discursivas identificadas no Plenário e à sua organização institucional, articulando esses elementos com a atuação legislativa observada durante o recorte temporal da pesquisa. Essa etapa busca compreender de que modo características pessoais, filiações ideológicas e religiosas, bem como a vinculação às Frentes Parlamentares Conservadora e Evangélica, influenciam a proposição, o apoio e a votação de projetos de lei que impactam diretamente os direitos da população LGBTQIAPN+.

Para essa análise, toma-se como eixo central o Projeto de Lei nº 5.167/2009, por se tratar da proposição de maior relevância substantiva entre aquelas que visam restringir o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas, permitindo examinar como o comportamento legislativo dos parlamentares se articula com os discursos e perfis previamente analisados. Essa triangulação possibilita revelar continuidades e coerências entre o que os parlamentares dizem, quem eles são e como votam, oferecendo uma visão integrada dos mecanismos políticos de oposição à diversidade sexual e de gênero no âmbito da Câmara dos Deputados.

Um levantamento realizado pela Observatória, plataforma da agência de jornalismo Diadorim dedicada ao monitoramento de políticas que afetam a população LGBTQIAPN+, confirma a centralidade das pautas moralizantes na ação legislativa recente. Conforme apresentado na Imagem 02 “Relação de Projetos de Lei (PLS) propostos por tema”, os três eixos com maior número de proposições restritivas na Câmara dos Deputados são: linguagem neutra (27 PLS), atletas trans (17 PLS) e outros projetos correlatos (15 PLS):

Imagem 2 – Relação de Projetos de Lei (PLS) propostos por tema.



Fonte: Observatória (2024).

Esses números evidenciam que temas capazes de produzir comoção social ou mobilizar pânico moral tornaram-se os principais motores da iniciativa legislativa contrária à diversidade sexual e de gênero.

Nesse contexto mais amplo de produção legislativa, passa-se à análise do Projeto de Lei

nº 5.167/2009, de autoria do ex-deputado Capitão Assunção (PSB-ES), que propôs alterar o artigo 1.521 do Código Civil para impedir que relações entre pessoas do mesmo sexo sejam equiparadas ao casamento ou a entidades familiares. O projeto, apresentado em maio de 2009, foi apensado ao PL 580/2007, apresentado pelo ex-deputado Clodovil Hernandez (PT-SP), que buscava, ao contrário, reconhecer a união homoafetiva. Posteriormente, ambos foram encaminhados às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), culminando na retomada da tramitação em 2023 pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF).

A votação realizada pela CPASF em 19 de setembro de 2023 (dentro de recorte temporal da pesquisa) ocorreu em um ambiente legislativo marcado pela intensa polarização política pós-eleições de 2022. Nesse período, a bancada evangélica e a bancada conservadora consolidaram sua atuação conjunta, conforme demonstrado nos tópicos anteriores, o que se refletiu na análise e no parecer apresentados pelo Deputado Pastor Eurico (PL-PE), relator do projeto. O parlamentar recomendou a aprovação do PL nº 5.167/2009 e a rejeição do PL nº 580/2007, fundamentando sua decisão em argumentos jurídicos que defendem que o casamento teria natureza intrinsecamente reprodutiva e, por isso, seria incompatível com uniões entre pessoas do mesmo sexo.

A triangulação entre perfil, discursos e comportamento legislativo revela forte coerência entre esses elementos. O autor do PL, Capitão Assunção, é militar da reserva, evangélico e filiado ao PL — características amplamente presentes no grupo de parlamentares que discursam contra direitos LGBTQIAPN+.

Da mesma forma, o relator Pastor Eurico e todos os deputados que votaram favoravelmente ao projeto, como André Ferreira, Clarissa Tércio, Dr. Jaziel, Eli Borges, Messias Donato, Pastor Isidório, Rogéria Santos, entre outros, pertencem a partidos de direita e integram a Frente Parlamentar Conservadora; a maioria compõe também a Frente Parlamentar Evangélica. Por fim, a análise documental do parecer revela a incorporação explícita de valores religiosos ao argumento jurídico, como se observa:

Imagem 03 – Trecho do Parecer apresentado pelo Deputado Pastor Eurico.

Nesse diapasão, não se olvidar que é preciso garantir direitos iguais a todos, independentemente de seu comportamento sexual privado, mas desde que haja o cumprimento daquilo que é ordenado pelas leis constitucionais.

Não menos importante, o casamento é entendido como um pacto que surge da relação conjugal, e que, por isso, não cabe a interferência do poder público, já que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é contrário à verdade do ser humano. O que se pressupõe aqui é que a palavra “casamento” representa uma realidade objetiva e atemporal, que tem como ponto de partida e finalidade a procriação, o que exclui a união entre pessoas do mesmo sexo.

O Brasil, desde sua constituição e como nação cristã, embora obedeça ao princípio da laicidade, mantém, na própria Constituição e nas leis, os valores da família, decorrentes da cultura de seu povo e do Direito Natural. Nesse sentido, toda lei feita pelos homens tem razão de lei porquanto deriva da lei natural.

Apresentado: 29/08/2023 21:04:58.553 - CPASP
PR 1 CPASP ex 14 508/2007
PRL n.1

Fonte: Câmara dos Deputados (2024).

O relator afirma que o Brasil é uma “nação cristã” e evoca os “valores da família”, compreendidos à luz da família tradicional heterossexual. Ao defender que o casamento entre pessoas do mesmo sexo viola a “verdade do ser humano” e deriva de uma afronta à lei natural, o parecer reforça a presença de justificações que conflitam com o princípio da laicidade do Estado e com a garantia constitucional da igualdade. Assim, a triangulação apresentada nesta etapa demonstra que discursos, perfis e ações legislativas formam um bloco político coeso, operando na direção de restringir direitos e limitar a cidadania da população LGBTQIAPN+.

DISCUSSÕES

Os resultados referentes ao perfil dos parlamentares demonstram a forte concentração de deputados evangélicos e conservadores, revelando coerência entre identidade religiosa, orientação ideológica e comportamento político. Tal configuração expressa o padrão descrito por Armstrong (2001), que destaca que movimentos fundamentalistas tendem a ocupar o espaço político quando percebem a modernidade como ameaça às verdades morais que consideram universais.

Além disso, a presença marcante de parlamentares vinculados às Frentes Conservadora e Evangélica reflete processo semelhante ao apontado por Freston (1993) e Prandi (2008), segundo os quais a política religiosa brasileira tem se tornado cada vez mais estruturada, organizada e estrategicamente orientada. A expressiva participação de militares entre esses parlamentares aproxima-se da concepção de Burke (1986), para quem instituições tradicionais — como força pública, família e religião — operam como garantias de ordem social.

No tocante às pautas discursivas, a análise crítica do discurso evidencia que os parlamentares mobilizam narrativas que reforçam valores tradicionais e apresentam a população LGBTQIAPN+ como ameaça simbólica. Essa dinâmica discursiva reflete o que Armstrong (2001) descreve como estratégia fundamentalista de reafirmação identitária, que opera por dramatização moral e oposição a transformações culturais percebidas como desordem.

A utilização de termos como “banheiro unissex”, “linguagem neutra” e “gênero” como marcadores de perigo relaciona-se à noção de construção discursiva de inimigos, conforme argumenta Van Dijk (1998), que indica que discursos políticos recorrem frequentemente à criação de grupos externos para reforçar coesão interna e justificar exclusões. Esses resultados convergem com a análise de Almeida (2017), que identifica a atuação da bancada evangélica como produtora de discursos moralizantes que legitimam a defesa da família heteronormativa e alimentam disputas simbólicas sobre sexualidade.

A recorrência de termos associados a pânico moral, especialmente aqueles relacionados a pessoas trans, confirma o que Luna (2023) observa ao analisar o conservadorismo no governo Bolsonaro: pautas sobre diversidade sexual passam a ser mobilizadas como instrumentos de disputa política que acionam emoções e reforçam fronteiras ideológicas. A rejeição a políticas afirmativas — notada pelo uso dos termos “cotas”, “segmento” e “comunidade” — também se relaciona ao que Queiroz (2019) descreve como resistência conservadora à ampliação de direitos humanos quando envolvem grupos percebidos como desviantes da norma social dominante.

Já no que concerne à atuação legislativa, a análise do PL nº 5.167/2009 demonstra como discursos e perfis ideológicos se materializam em propostas concretas de restrição de direitos. A tentativa de alterar o Código Civil para impedir o reconhecimento de uniões homoafetivas traduz o que Burke (1986) identifica como atitude conservadora típica, que busca preservar estruturas sociais tradicionais contra mudanças entendidas como rupturas indesejáveis.

O parecer do Deputado Pastor Eurico, ao invocar noções como “verdade do ser humano”, “lei natural” e “nação cristã”, expressa exatamente o tipo de fusão entre moral religiosa e autoridade política analisada por Armstrong (2001), que destaca que movimentos fundamentalistas tendem a reinterpretar a lei a partir de princípios teológicos.

A votação de 2023 na CPASF, conduzida majoritariamente por parlamentares vinculados às frentes conservadoras e evangélicas, confirma o que Almeida (2017) assinala como atuação coordenada de um bloco religioso-moralista voltado à contenção de direitos

sexodiversos.

A rejeição simultânea de propostas pró-LGBTQIAPN+ e aprovação de projetos restritivos apontam para aquilo que Santos (2020) define como “moralização da política”, processo pelo qual temas de gênero e sexualidade passam a ser usados como marcadores identitários que estruturam a disputa parlamentar. Além disso, a mobilização do PL nº 5.167/2009 se insere no cenário descrito por Luna (2023), no qual a oposição conservadora utiliza pautas morais como instrumento de confronto com governos comprometidos com agendas de diversidade e direitos humanos.

Considerando conjuntamente os achados referentes ao perfil, às pautas discursivas e à atuação legislativa, observa-se uma convergência entre fundamentalismo e conservadorismo, compondo um bloco político que opera de forma articulada para restringir direitos da população LGBTQIAPN+. Essa convergência expressa, conforme argumenta Prandi (2008), o entrelaçamento entre religião, moralidade e ação legislativa, capaz de influenciar a formulação de normas e de delimitar o alcance da cidadania. Assim, os resultados desta pesquisa indicam que o Parlamento brasileiro se configura como arena privilegiada de disputa moral, onde fundamentalismo religioso, conservadorismo político e estratégias discursivas convergem para limitar avanços na agenda de diversidade sexual e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar os discursos, os perfis e o comportamento legislativo de parlamentares da Câmara dos Deputados que se posicionam contrariamente aos direitos da população LGBTQIAPN+. Para isso, foram examinadas as manifestações proferidas no Plenário, na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, bem como os perfis político, religioso e profissional dos parlamentares envolvidos, além de sua articulação institucional em frentes parlamentares de orientação conservadora e religiosa. Somou-se a isso a análise documental do Projeto de Lei nº 5.167/2009, proposição de maior relevância substantiva no recorte desta pesquisa por buscar impedir o reconhecimento jurídico de uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Os resultados evidenciaram que a maior parte dos discursos contrários é proferida por parlamentares de perfil conservador, com predominância quase absoluta de deputados evangélicos e forte presença de profissionais da área militar. Essa composição confirma a existência de um bloco político ideologicamente homogêneo, cuja atuação é estruturada por valores religiosos e morais que se refletem diretamente em suas práticas discursivas.

As pautas mobilizadas — como oposição à linguagem neutra, resistência ao uso de banheiros unissex, exclusão de atletas trans e críticas à “ideologia de gênero” — operam como estratégias de produção de pânico moral e defesa da heteronormatividade, reforçando fronteiras simbólicas entre grupos considerados legítimos e ilegítimos no espaço público.

A análise do comportamento legislativo reforça essa articulação ideológica. O PL nº 5.167/2009, cuja tramitação foi retomada em 2023, exemplifica a conversão de discursos moralistas e fundamentalistas em iniciativas legislativas restritivas. O parecer apresentado pelo Deputado Pastor Eurico mobiliza argumentos religiosos e concepções de “lei natural” para justificar a exclusão de uniões homoafetivas do conceito de família, demonstrando a sobreposição entre moral religiosa e prática legislativa. A votação na CPASF confirma essa dinâmica, uma vez que todos os parlamentares favoráveis ao projeto integram frentes conservadoras e religiosas, o que aponta para atuação coordenada e ideologicamente orientada.

A triangulação entre perfis, pautas discursivas e comportamento legislativo confirma a hipótese da pesquisa segundo a qual o conservadorismo político, sustentado por ideologias fundamentalistas religiosas, constitui um obstáculo significativo ao avanço dos direitos LGBTQIAPN+ na Câmara dos Deputados. Essa convergência entre discurso, identidade e ação política evidencia que a resistência à ampliação de direitos sexodiversos não se dá de forma pontual, mas como parte de um projeto político-moral estruturado, sustentado por lideranças organizadas e por grupos parlamentares bem articulados.

Este estudo apresenta limitações inerentes ao recorte adotado. A análise concentrou-se apenas nos discursos do Plenário e em um conjunto específico de proposições legislativas, o que não contempla outras dimensões relevantes da atividade parlamentar, como articulações internas e votações em diferentes comissões.

Além disso, o foco no PL nº 5.167/2009, embora estratégico, não abrange toda a produção legislativa que afeta a população LGBTQIAPN+. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo para outras arenas institucionais, como Senado Federal, assembleias legislativas e órgãos de controle, bem como realizar estudos comparativos ou longitudinais que investiguem redes políticas, votações e financiamentos, aprofundando a compreensão sobre a atuação conservadora e seus impactos na garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Dossiê Conservadorismo, Direitos, Moralidades e Violência**, 2017. ISSN 1809-4449.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023**. Brasília: ANTRA, 2024.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais; ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos. **Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+: Relatório Anual 2023**. Brasília: ANTRA; ABGLT, 2024.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie. A tensão entre soberania e instituições de controle na democracia brasileira. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 359-393, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017123>. Acesso em: 29 dez. 2024.

BARBOSA, Larissa; WEIGERT, Mariana; CARVALHO, Salo de. Quem enxerga a população LGBT encarcerada? (A lgbtfobia institucional sob a perspectiva da criminologia crítica queer). **Revista Direito e Práxis**, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/dCVkmqTmZ6dfNsqWhgqMFpf/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. São Paulo: Editora Unesp, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 dez. 2024.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

JÚNIOR, Carlos Augusto Alves de Sousa; MENDES, Diego Costa; CIRINO, Andréia Lopes. Cidadania para quem? Apontamentos sobre cidadania LGBTQIA+ no Brasil. In: **IX Encontro Brasileiro de Administração Pública**, São Paulo, 5-7 out. 2022. Anais [...]. São Paulo: SBAP, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CNN BRASIL. **Saiba o que significa a sigla LGBTQIA+ e a importância do termo na inclusão social**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-significa-a-sigla-lgbtqia-e-a-importancia-do-termo-nainclusaosocial/#:~:text=Com%20isso%2C%20LGBTQIA+%20se%20tornou,usadas%20pelos%20membros%20dessa%20comunidade>. Acesso em: 03 jan. 2025.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/223407706/Facchini-2009-Na-Trilha-Do-Arco-Iris-Do-Movimento-Homossexual-Ao-LGBT>. Acesso em: 05 dez. 2024.

FIGUEIREDO, Ivanilda. A conquista do direito ao casamento LGBTI+: da Assembleia Constituinte à Resolução do CNJ. **Revista Direito e Práxis**, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/b4BFMtgp8DXWH7rjKLvhGKm/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

FRESTON, Paul. **Evangelicals and Politics in Asia, Africa and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

IRINEU, Bruna Andrade. Disputas, alianças e políticas de resistência: os direitos LGBTI+ no Brasil atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gM5yJLvwVLHrXsBWymYHgN/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

LOPES, John Willian; VELOSO, Maria do Socorro Furtado; LACERDA, Juciano de Sousa. VoteLGBT e o ciberativismo em prol da representação política no Brasil. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1-12, jul./set. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v13i3.1705>. Acesso em: 23 dez. 2024.

LUNA, Naara. Conservadorismo na política no governo Bolsonaro: novas articulações, valores religiosos e pauta de costumes. **Revista Cultura y Religión**, v. 17, n. 6, p. 1-29, 2023.

MAGALHÃES, Alexandre; FERREIRA, Jonas. Conservadorismo, moralidades e disputas políticas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 42, p. 1–20, 2023.

MARTINS, Luiza Oliveira et al. O desenvolvimento das políticas públicas em saúde para o público LGBTQIA+ no Brasil. **Research, Society and Development**, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W4313327715>. Acesso em: 16 nov. 2025.

MICROSOFT. **Visão geral do Power BI**. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/power-bi-overview>. Acesso em: 28 dez. 2024.

NATIVIDADE, Marcelo et al. **Avaliação da política sexual para a população LGBTQIA+: entre percepções de sujeito/as e ações do Estado**. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W4226402526>. Acesso em: 10 nov. 2025.

OBSERVATÓRIA. **PLs Anti-LGBTQIA+**. Disponível em: <https://observatoria.org/#PLsAnti>. Acesso em: 20 dez. 2024.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. Crimes contra LGBTs no Brasil e o discurso do Estado pelos órgãos de segurança pública e jurídicos. **Revista Gênero**, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W3049748864>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiros do Paraíso: fundamentos religiosos do conservadorismo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2008.

QUEIROZ, Larissa Maria de. Bancada parlamentar evangélica: uma moral religiosa que

limita a aplicação dos direitos humanos. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 15317-15330, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-118>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latino-Americana**, n. 23, p. 58-96, ago. 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 179-212, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.005>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SANTOS, Nelson Santana. **Da onda conservadora ao estado pós-democrático: a atuação das “bancadas religiosas” e os direitos das minorias na política brasileira recente**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2020.

SILVA, Cristiano C. **Pacotes do R – 2021: introdução**. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/~cristianocs/Pacotes2021/Intro.html#1>. Acesso em: 21 dez. 2024.

SOUSA, Cleyton Feitosa Pereira. Barreiras à ambição e à representação política da população LGBT no Brasil. **Revista Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 120-131, jul./dez. 2017.

VAN DIJK, Teun A. **Ideology: a multidisciplinary approach**. London: Sage, 1998.